

**VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA EM PEQUENAS CIDADES DO  
NORTE DO PARANÁ: O TRANSBORDAMENTO METROPOLITANO A  
PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO MODO DE VIDA**

VIOLENCE AND OBJECTIVE INSECURITY IN SMALL CITIES IN NORTHERN PARANÁ: THE METROPOLITAN OVERFLOW FROM  
THE CONSTRUCTION OF THE WAY OF LIFE

**Pedro Henrique Carnevalli Fernandes**  
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Docente de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)  
PR-160, KM 0, CEP: 86.300-000, Cornélio Procópio (PR)  
E-mail: [pedrofernandes@uenp.edu.br](mailto:pedrofernandes@uenp.edu.br)

## Resumo

“Era uma vez uma cidade pequena, tranquila e segura em que as portas e as janelas ficavam abertas” representa uma frase simples, mas que parece, cada vez mais, um resquício. O anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida e dos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades representa a principal motivação para esta pesquisa. Assim, é preciso desconstruir o mito de que as cidades pequenas são espaços tranquilos e seguros para se morar. O principal objetivo deste artigo é refletir acerca da difusão e do transbordamento da lógica metropolitana, tais como hábitos e costumes, especialmente pela mídia e internet, enquanto fator explicativo para o aumento da violência e, principalmente, da insegurança objetiva nas pequenas cidades. Os procedimentos metodológicos foram sistematizados e organizados em cinco fases: levantamento bibliográfico; levantamento de indicadores demográficos e sociais dos municípios do Norte do Estado do Paraná; levantamentos complementares para entender o fator explicativo; sistematização das informações e dos dados coletados; e elaboração dos produtos cartográficos e da redação final. Os resultados revelaram que um dos motivos para o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades ocorre em decorrência do transbordamento de hábitos e costumes metropolitanos, espalhando uma sociabilidade sustentada predominantemente pela superficialidade.

**Palavras-chave:** Globalização; Lógica metropolitana; Norte do Paraná; Sociabilidade.

## Abstract

“Once upon a time there was a small, quiet and safe town where the doors and windows were open” represents a simple phrase, but it seems, more and more, like a remnant. The desire to understand the contradictions in the human and social condition of life linked to the production processes of urban space and the transience in the dynamics of small towns are the main motivations for this paper. Thus, it is necessary to deconstruct the myth that small towns are peaceful and safe spaces to live. The main objective of this paper is to reflect on the diffusion and overflow of the metropolitan logic, such as habits and customs, especially through the media and the internet, as an explanatory factor for the increase in violence and, mainly, the objective insecurity in small towns. The methodological procedures were systematized and organized into five phases: bibliographic survey; survey of demographic and social indicators of municipalities in the North of the State of Paraná; complementary surveys to understand the explanatory factor; systematization of information and data collected; and elaboration of cartographic products and final wording. The results revealed that one of the reasons for the increase in violence and objective insecurity in small towns is due to the overflow of metropolitan habits and customs, spreading a sociability supported predominantly by superficiality.

**Keyword:** Globalization; Metropolitan Lifestyle; North of Paraná; Sociability.

## 1. Introdução

O anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida nos espaços geográficos ou na formação e reprodução deles e dos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades representa a principal motivação para a realização desta pesquisa, que se trata de um recorte da tese de Doutorado em Geografia “Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva” (FERNANDES, 2017).

O entendimento acerca da materialização da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades ocorre a partir de diferentes dimensões espaciais de análise, perpassando escalas geográficas, que querem demonstrar que a situação parece não ser exclusividade de determinados recortes do espaço geográfico, mas se estende a outros e deve ser entendida em uma perspectiva mais geral. Por isso, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e tranquilidade deve ser desconstruída. Em contrapartida, é preciso ressaltar que a pesquisa – incluindo este artigo – não propõe rotular ou generalizar os espaços, já que se trata de um processo em trânsito e que não atinge, em totalidade, os municípios brasileiros.

A escolha do recorte espacial das pequenas cidades justifica-se por tratar-se de espaços que vivenciaram nos últimos anos transformações econômicas, sociais, políticas, culturais etc., significativas. Além disso, os estudos sobre as pequenas cidades configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia Urbana e se deparam com um contexto nacional de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais.

O principal objetivo deste artigo é refletir acerca da difusão e do transbordamento da lógica metropolitana, tais como hábitos e costumes, especialmente pela mídia e internet, enquanto fator explicativo para o aumento da violência e, principalmente, da insegurança objetiva nas pequenas cidades. É fundamental revelar que esse fator explicativo soma-se a outros dois fatores que explicam, de modo geral, a tese do aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades: (i) a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, que se articulam à economia em redes e atingem as pequenas cidades analogicamente à globalização; (ii) a perda de centralidade e o esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública, tornando as pequenas cidades espaços vulneráveis para a disseminação do crime (FERNANDES, 2017).

O fator explicativo apresentado neste artigo busca entender como o modo de vida urbano, que está mais presente e completo na metrópole, transborda para os demais espaços, incluindo as pequenas cidades, uma vez que representa, apesar dos regionalismos, o modo da sociedade ocidental contemporânea capitalista pautado em hábitos de consumo e individualismo, que têm

levado a relações marcadas pela instabilidade e superficialidade, que se sobrepõem aos hábitos comunitários e sólidos, marcantes nas pequenas cidades, levando à violência e à insegurança objetiva. Além disso, esse extrapolamento é difundido pela mídia e pela internet.

Os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa foram: levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de livros e capítulos de livros, teses e dissertações, artigos, crônicas e textos relacionados aos temas da pesquisa, sobretudo a violência e a insegurança; levantamentos complementares para entender os fatores explicativos da pesquisa, sobretudo nos 186 municípios que compõem o Norte do Estado do Paraná; a sistematização das informações e dos dados coletados; e elaboração da redação final deste artigo.

O Norte do Paraná, apresentado na Figura 1, é compreendido nesta pesquisa pelo agrupamento de três mesorregiões, Norte Pioneiro paranaense, Norte Central paranaense e Noroeste paranaense, que somam pouco mais de 65 mil km<sup>2</sup> ou 32,6% da área do Estado do Paraná; 3,26 milhões de habitantes ou 31,2% da população paranaense; e 186 municípios ou 46,6% do total estadual (IBGE, 2010).

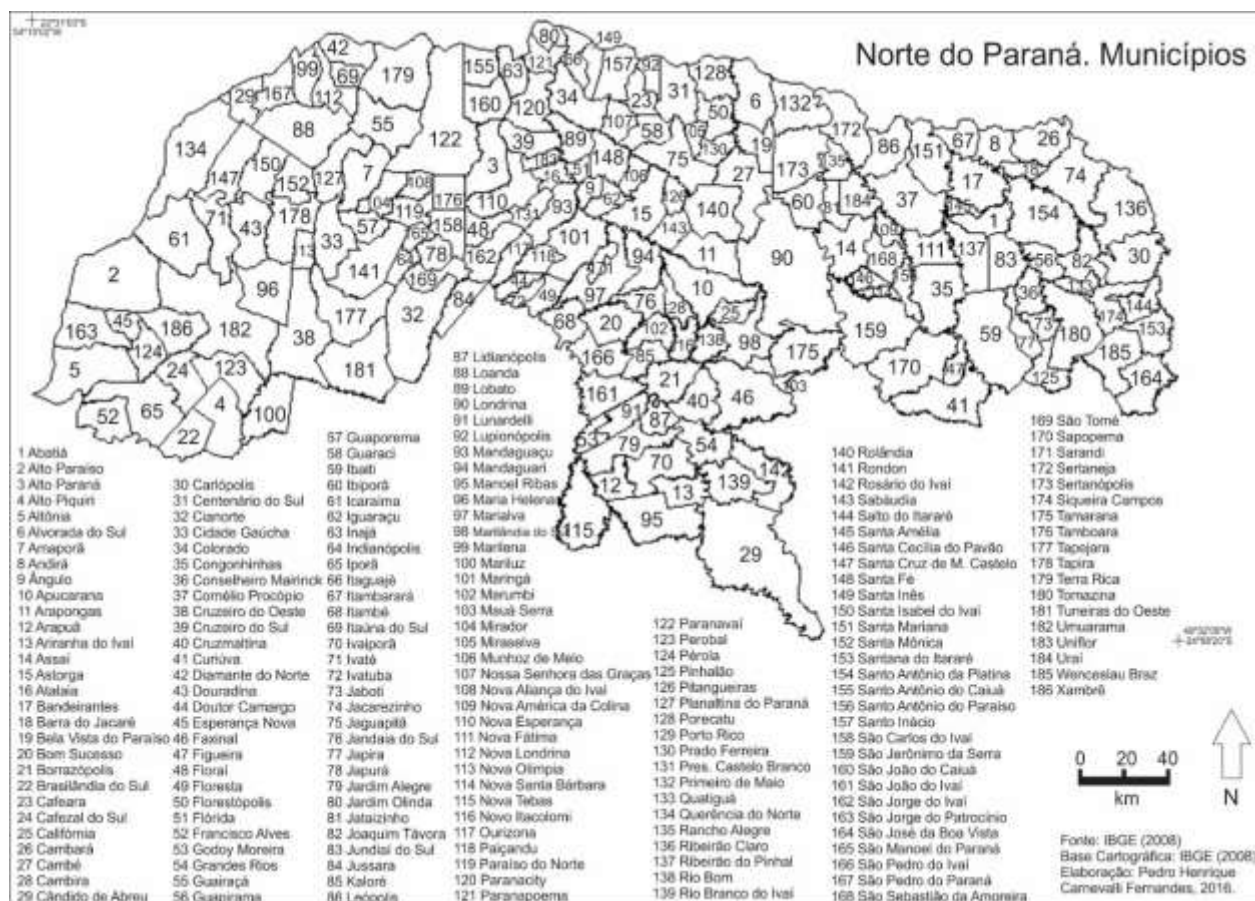


Figura 1. Norte do Paraná. Municípios, 2016. Fonte: Fernandes (2017)

Integram e devem ser objeto de reflexão nesta contextualização, os dados que divulgam que a maior parte dos assassinatos no Brasil ocorre por motivos banais (homicídios motivados por briga, ciúme, conflito entre vizinhos, desavença, discussão, violência doméstica e desentendimentos no trânsito) e entre pessoas comuns (EBC, 2012). No Estado do Acre, todos os homicídios de 2011 e 2012 foram cometidos por impulso ou por motivos fúteis e no Estado de São Paulo esses casos representaram 83% dos homicídios (EBC, 2012). Assim, se a maioria das ocorrências violentas decorre de pessoas consideradas comuns e por motivos fúteis, parece ser preciso reconhecer que há uma violência que perpassa toda a sociedade. Ela está relacionada aos comportamentos decorrentes de valores da sociedade capitalista – estímulo ao consumismo e ao individualismo. Enfim, constrói-se uma sociabilidade baseada em laços afetivos cada vez mais superficiais ou inexistentes e provoca-se o isolamento individual, apesar de tantas redes sociais. Isso significa que existe uma carga potencialmente violenta e que decorre dos valores sociais que circulam na vida contemporânea, que é líquida.

O artigo está estruturado em três partes, além da introdução, das considerações finais e das referências: na primeira, a redação contempla as mudanças no urbano-rural, a tendência negativa da urbanização e a promoção de uma perspectiva positiva do urbano; na segunda parte, as reflexões caminham pela compreensão da metrópole, da formação das áreas metropolitanas e da metropolização e pelo entendimento quanto à difusão metropolitana no Norte do Estado do Paraná; e, por fim, a terceira parte deste artigo, transita pela difusão do transbordamento metropolitano e pela divulgação da violência e da insegurança objetiva a partir da mídia e da internet, revelando ao final, ainda que em síntese, o quadro de violência no Norte do Estado do Paraná.

## **2. As mudanças do urbano-rural, a tendência negativa da urbanização e a promoção de uma perspectiva positiva do urbano**

As mudanças que envolvem a questão do urbano e do rural, particularmente quanto à sociabilidade, somadas à tendência de uma sociabilidade negativa gerada pela condição social da urbanização, colaboram com a perspectiva de construção do modo de vida da sociedade atual, que se difunde por todos os espaços a partir do comando metropolitano. Apesar disso, é indispensável demonstrar, também, a promoção de uma perspectiva positiva relacionada a outro modelo de urbano que extrapola as relações capitalistas e as superam.

Inicialmente, é preciso avançar acerca da relação entre o rural e o urbano, mesmo reconhecendo a vasta dimensão teórica e metodológica desse assunto. A “dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades” (MONTE-MÓR, 2006, p. 10), principalmente as capitalistas industriais modernas. Por isso, só é possível o

reconhecimento da diferença e o exercício da reflexão sobre o rural e o urbano em decorrência da divisão do trabalho (ENDLICH, 2010).

Entre as muitas perspectivas sobre o rural e o urbano, a vertente culturalista privilegia em seus estudos, majoritariamente, o modo de vida nos espaços rurais e urbanos (BIAZZO, 2008). Isso reduz as dimensões econômicas e técnicas e valoriza as relações sociais e de valores. Nesse sentido, as relações e os valores se modificam na dualidade do rural com o urbano, ou seja, o conteúdo social dos espaços geográficos do campo e da cidade (BIAZZO, 2008), especialmente a partir do modo de produção capitalista e da globalização.

Os adjetivos urbano e rural ganharam autonomia recentemente e dizem respeito “a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo (...), cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação” (MONTE-MÓR, 2006, p. 10). Então, o debate deve caminhar pelas manifestações das práticas sociais, cujos conteúdos são incorporados no curso da vida ou herdados, representando universos simbólicos, reproduzidos pelo sujeito no convívio social (BIAZZO, 2008).

Porém, a industrialização proporcionou transformações radicais, ou seja, impôs à cidade sua lógica centrada no modo de produção e no seu espaço (o urbano), “organizado como lócus (...) do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca” (MONTE-MÓR, 2006, p. 13). Como consequência, “o domínio do valor de troca, a ideologia do consumo, consome e dissolve as formas da cidade tradicional e produz uma vida cotidiana pobre e cheia de coação” (ENDLICH, 2010, p. 22). O espaço de reprodução da sociedade se tornou dependente da lógica econômica da produção industrial, sendo que a partir desse contexto nasceram as regiões metropolitanas como espaços dessa sociedade moderna industrial.

O urbano refere-se a um modo de vida transbordando para os demais espaços. Entendido dessa forma, é “um terceiro elemento na oposição dialética campo-cidade, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, (...), por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14). Assim, o urbano “prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17) e se transforma na questão espacial em si mesmo. A “urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14).

Especificamente no caso brasileiro, a urbanização, a partir da década de 1970, “estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões” (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). Segundo o autor, ao final da década, as relações

capitalistas já haviam se estendido a todo o espaço brasileiro. Naquele momento, acontecia a condição para o início da difusão do transbordamento desse modelo de vida urbano moderno, como um sistema urbano de objetos e de valores (LEFEBVRE, 2001).

Alicerçada no modo de produção capitalista, a urbanização trouxe consequências negativas, principalmente nas relações sociais, sendo ela “o processo que decorre da divisão do trabalho e das distinções de classe” (ENDLICH, 2010, p. 11). Além disso, “um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiro em razão da urbanização e, depois por causa da suburbanização” (CASTELLS, 2010, p. 78). Nesse caso, os estudos têm oscilado entre a perspectiva do ressurgimento da comunidade local e a interseção dessas comunidades com outras fontes de reconhecimento social, especialmente de ordem globalizada (CASTELLS, 2010).

No caso dos espaços em que isso ocorreu com mais rapidez, como o Brasil, os problemas decorrentes acabam sendo maiores e mais complexos. Por isso, alguns autores têm uma visão negativa da urbanização e do futuro das cidades a partir das perspectivas das fragmentações e segregações sociais, entendidas pela destruição das relações civilizadas na sociedade. Indissociável desse processo, a globalização aparece também com uma perspectiva social nada positiva. Por isso, é fundamental entender esse fenômeno atrelado às redes, transmissoras da globalização.

A urbanização com desdobramentos negativos associada ao modo de produção e ao fenômeno de globalização transformou as relações sociais primárias e comunitárias em relações secundárias, efêmeras e globais. Inicialmente, esse processo atingiu os espaços metropolitanos, já que a metrópole se configura como o *locus* da sociedade líquida moderna e, no segundo momento, transbordou essa lógica para as pequenas cidades e espaços rurais, seja pelos movimentos de migração de “retorno”, seja pela difusão de tais hábitos e costumes pela mídia e pela internet – é esse o tronco explicativo de construção teórica.

Dentro dessa edificação explicativa, o caminho por meio da sociabilidade (nas relações e no espaço) é indispensável e se configura como uma possibilidade para demonstrar as contradições do modo de produção, especialmente quanto à violência e à insegurança objetiva, e as novas possibilidades visualizadas que, embora pareçam no horizonte utópico, realçam outro modelo de urbanização que supera o capitalismo e apresenta laços de cooperação.

Nesse sentido, assim como a violência e a insegurança objetiva, a urbanização, o capitalismo e a globalização são responsáveis por novos modos de sociabilidade que têm avançado sobre o território de modo geral. É evidente que atingem de formas e conteúdos distintos os habitantes e condicionam seus cotidianos, igualmente, em diversidade. No entanto, nas pequenas cidades, a sociabilidade, historicamente, assumiu características peculiares, seja pelo tamanho

espacial, seja pelo demográfico. Por isso, elas são consideradas espaços com predomínio de relações primárias, chamadas de afetivas e de solidariedade (LUGAN, 1997).

Mas, esse contexto vem sendo alterado, ou seja, as relações primárias estão sendo substituídas, rapidamente, pelas secundárias. O que resta é entender o ponto de origem das alterações. Uma explicação está justamente no transbordamento metropolitano à medida que as pequenas cidades vão se inserindo no fenômeno de globalização e sendo influenciadas pelas lógicas econômicas da escala global, comandada pelas metrópoles. No caso específico das pequenas cidades, essas transformações têm intensa significância. A sociabilidade contemporânea nesses espaços segue os avanços tecnológicos (televisão, internet no telefone celular, redes etc.) que esfriam os contatos pessoais e ampliam os virtuais, empobrecendo a vida e o espaço público.

A reforma metropolitana pela perspectiva de que os municípios se sublimam na metrópole (CRUZ, 2008) ajuda a entender o espraiamento da vida metropolitana no Brasil contemporâneo. Isso ocorre quando o autor defende (i) a maior inserção dos municípios nas decisões metropolitanas e, por conseguinte, a governança partilhada, assentada pela estatuta plurimunicipal, como cidadãos metropolitanos; (ii) a sensação de todos os habitantes pertencerem à cidade-metropolitana, inexistindo uma constelação de cidades ao redor da “cidade-mãe” e alimentando uma cidade-metropolitana una e indivisível; e (iii) pela percepção de prefeitos e vereadores reconhecerem a responsabilidade que transcendem seus respectivos territórios.

Uma força polarizadora começou a exibir uma dinâmica de natureza urbana, afetando a vida dos cidadãos (...). Essa dinâmica caracterizou-se pelo surgimento de oportunidades num dos centros urbanos, atraindo munícipes de centros vizinhos. Uma constelação de cidades passa a florescer devido à atração que a cidade-pólo, detentora dessas oportunidades exercia sobre as suas vizinhas. (...) O que melhor registra esse novo contexto é o exemplo de um cidadão metropolitano que mora na parte da cidade situada no município “A” (...), trabalha num distrito industrial (...), situado no município “B”, frequenta curso superior na cidade universitária localizada no município “C” e, finalmente, pratica seu lazer dominical (...) no município “D”. (...) esse cidadão se beneficia das oportunidades que o seu universo urbano oferece, seja ele conturbado ou não (CRUZ, 2008, p. 29-31).

O modo de vida metropolitano transforma o sentido do espaço público, esvaziando-o e mudando a sua apropriação, rompendo com as antigas relações de vizinhança e proporcionando a perda da sociabilidade (CARLOS, 2001). Assim, “o umbral da porta define o limite entre o público e o privado redefinindo modos de ‘morar na metrópole’ (...). revela a passagem da cidade de valor de uso para valor de troca através do consumo” (CARLOS, 2001, p. 64). Esse contexto se associa à dinâmica socioespacial em um plano de produção do nível global, em articulação, segundo a autora, com os planos locais e globais.

Isso transborda da metrópole para as áreas metropolitanas e para os espaços das pequenas cidades. É evidente que essa situação apresenta variação de conteúdo e de intensidade em cada



cidade pequena, não configurando, por conseguinte, uma dinâmica e lógica homogênea que atinge todos os espaços da mesma forma; consonante com o modo de produção, hierarquiza os espaços e os lugares e apresenta inúmeras contradições, como a própria violência e insegurança objetiva em espaços antes inatingíveis e que, diante dessa nova perspectiva espraiada, transforma o seu espaço reproduzindo as incoerências do modo de produção.

Na condição social do urbano, teoricamente, é possível superar a precariedade a partir do rural, que significava limitação material (ENDLICH, 2010). Além disso, o urbano “deve compreender também a superação do limite economicismo, do valor de troca e da ideologia do consumo, que gerou a crise da cidade” (ENDLICH, 2010, p. 25). Essa superação da vida precária é, ainda, uma perspectiva, já que as condições objetivas, materiais e técnicas já existem (ENDLICH, 2010).

Logo, em utopia ou movimentos concretos de resistências, o modo de vida urbano, por perspectiva positiva, deve pressupor “uma transformação do cotidiano, que deve ser apropriado pelo ser humano” (ENDLICH, 2010, p. 26), tornando-se, a dimensão lúdica. Por isso, a condição urbana, a partir do seu alcance social e espacial, deve produzir novos parâmetros permeados por uma nova qualidade de vida, incluindo uma melhora na qualidade das relações sociais (ENDLICH, 2010), desde os mais simples do cotidiano até os mais complexos. Segundo a autora, poderá garantir que as conquistas produzidas possam ser apropriadas por todos, mantendo uma perspectiva positiva do urbano, como o acesso às manifestações culturais diversas.

A sociedade urbana (...) não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que ela não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as. O que projetar? (...) Os elementos de uma unidade superior, os fragmentos e aspectos da “cultura”, o educativo, o formativo e o informativo, podem ser reunidos. Onde tirar o princípio da reunião e seu conteúdo? Do lúdico. O termo deve ser somado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais “profundo”. O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática (...). Quanto aos antigos lugares de reunião, em grande parte perderam seu sentido: a festa, que perece ou se afasta deles. O fato de eles reencontrarem um sentido não impede a criação de lugares apropriados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica (LEFEBVRE, 2001, p 131).

Logo, “a sociedade urbana, com a qualidade que Lefebvre projetou, ainda não se concretizou, consiste numa perspectiva positiva de avanço social e político em vários sentidos” (ENDLICH, 2010, p. 29). Por isso, a resistência continua. O caminho pela negação do modo de produção e da materialização do urbano e da urbanização e a acepção de outra perspectiva de superação desses modelos são ideais que permeiam este trabalho no sentido de demonstrar que é fundamental uma sociedade que se baseie em relações sociais mais densas, sólidas e fortes, no coletivo e no cooperativismo como modelo de vida, no uso e na apropriação do espaço público e na valorização da vida pública – política e não política. Portanto, nessa situação, a nova sociedade

urbana permeada por sociabilidade positiva e laços de cooperação perpassará pela não violência e pela não insegurança objetiva.

Nesse contexto apresentado, as pequenas cidades desempenharão papel central e significativo para materialização dessas mudanças. Atualmente, muitas delas compõem o principal espaço para a realização dos movimentos de resistências contra a atual lógica metropolitana (e que cada vez mais atinge as pequenas cidades, destruindo os laços primários), especialmente por, historicamente, serem *lócus* de sociabilidade primária e representarem a essência da vida em comunidade.

Assim, a construção, manutenção e os movimentos constituem-se identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra o modo de produção e a globalização que produzem um mundo externo hostil (CASTELLS, 2010). Por conseguinte, construídas culturalmente e relacionadas a valores compartilhados que marcam a autoidentificação representam manifestações capazes de transformar o urbano em direção às propostas sociais que superem o contexto difundido na modernidade pelo modo de produção.

### **3. As metrópoles, a formação das áreas metropolitanas e a metropolização e a difusão metropolitana no Norte do Estado do Paraná**

Para avançar nesse trasbordamento metropolitano, é fundamental entender a origem das metrópoles e o fenômeno de metropolização que incentivou a formação das áreas metropolitanas. Mais do que isso, é perpassar por reflexões críticas sobre a materialização do capitalismo industrial por meio da urbanização e os seus desdobramentos – contraditórios, evidentemente – na sociedade atual. O início e a consolidação das metrópoles mundiais ocorreram como reflexo do fenômeno da industrialização e de consolidação do modo de produção capitalista, no século XIX (MEYER, 2000).

A origem da palavra contém “póle”, de “poli”, que significa cidade, e “pólo” (em latim *polus* e grego *polos*) que representa um “pivô” sobre o qual gira algo e se desenvolve uma dinâmica (DI MÉO, 2008). As primeiras metrópoles se tornaram conhecidas como “metrópoles industriais” e se converteram no local de moradia – o polo de atração – da sociedade industrial chamada de “moderna” (MEYER, 2000).

Naquele contexto, já se vivia uma degradada condição dos setores urbanos ocupados pelos operários (MEYER, 2000). A nova escala urbana de vida, chamada de metropolitana, imprimia um aspecto material de vida de desorganização social e moral (MEYER, 2000). A passagem do modo de produção mecânico para o modo de produção tecnológico transfigurou a metrópole moderna em metrópole contemporânea (MEYER, 2000).

Sendo assim, emerge um modo que condiciona a produção, a distribuição, o consumo, a administração (MEYER, 2000) e as relações sociais a partir da transformação no padrão urbano pelos espaços de fluxos: as redes geográficas. Nesse sentido, acontecem, a partir das metrópoles,

o espraiamento e a irradiação das estruturas globais, reconhecidas como modernas, para todos os espaços, especialmente os das pequenas cidades, que passam a compor esse cenário e serem influenciadas pela lógica da globalização, desterritorializando o território local e implantando hábitos e costumes das áreas metropolitanas.

No Brasil, a intensidade da urbanização reforçou a característica concentradora do processo que distribuiu “elevados contingentes populacionais em número reduzido de centros urbanos” (MOURA et al, 2003, p. 34). É possível constatar que apenas 5,1% dos municípios têm mais de cem mil habitantes e 0,7% dos municípios possuem mais de quinhentos mil habitantes (IBGE, 2010). Esses 0,7% de municípios são considerados metrópoles e ocupam aproximadamente 1% do território nacional e quase 30% da população brasileira. Portanto, o fenômeno foi seletivo!

Em 1970, São Paulo e Rio de Janeiro, que já conformavam amplas áreas metropolitanas, detinham, respectivamente, 15,63% e 13,23% da população urbana brasileira, enquanto outras metrópoles, que desempenhavam a função de capitais de estados (...), concentravam 16,7%, numa demonstração de que o fenômeno da metropolização se ampliava, sem contudo romper o hiato que distingue esse conjunto de metrópoles. (MOURA et al., 2003, p. 34).

Para as explicações seguintes, é indispensável ressaltar que este artigo aborda, resumidamente, a institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil – e não o debate sobre as nuances e lacunas do tema –, com intuito de demonstrar essa formalização, especialmente no Estado do Paraná, e auxiliar no debate sobre os valores que se fizeram notar nessas áreas com maior intensidade e clareza quanto à sociabilidade e que depois se difundem pelo território. Além disso, considerável parte dessas regiões possui municípios que não são na realidade metropolitanos.

Na década de 1970, foram institucionalizadas as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, “como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão industrial e à consolidação das metrópoles como locus desse processo” (MOURA et al., 2003, p. 35). Então, por meio de regulação federal, foram criadas nove regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro) para a realização de serviços.

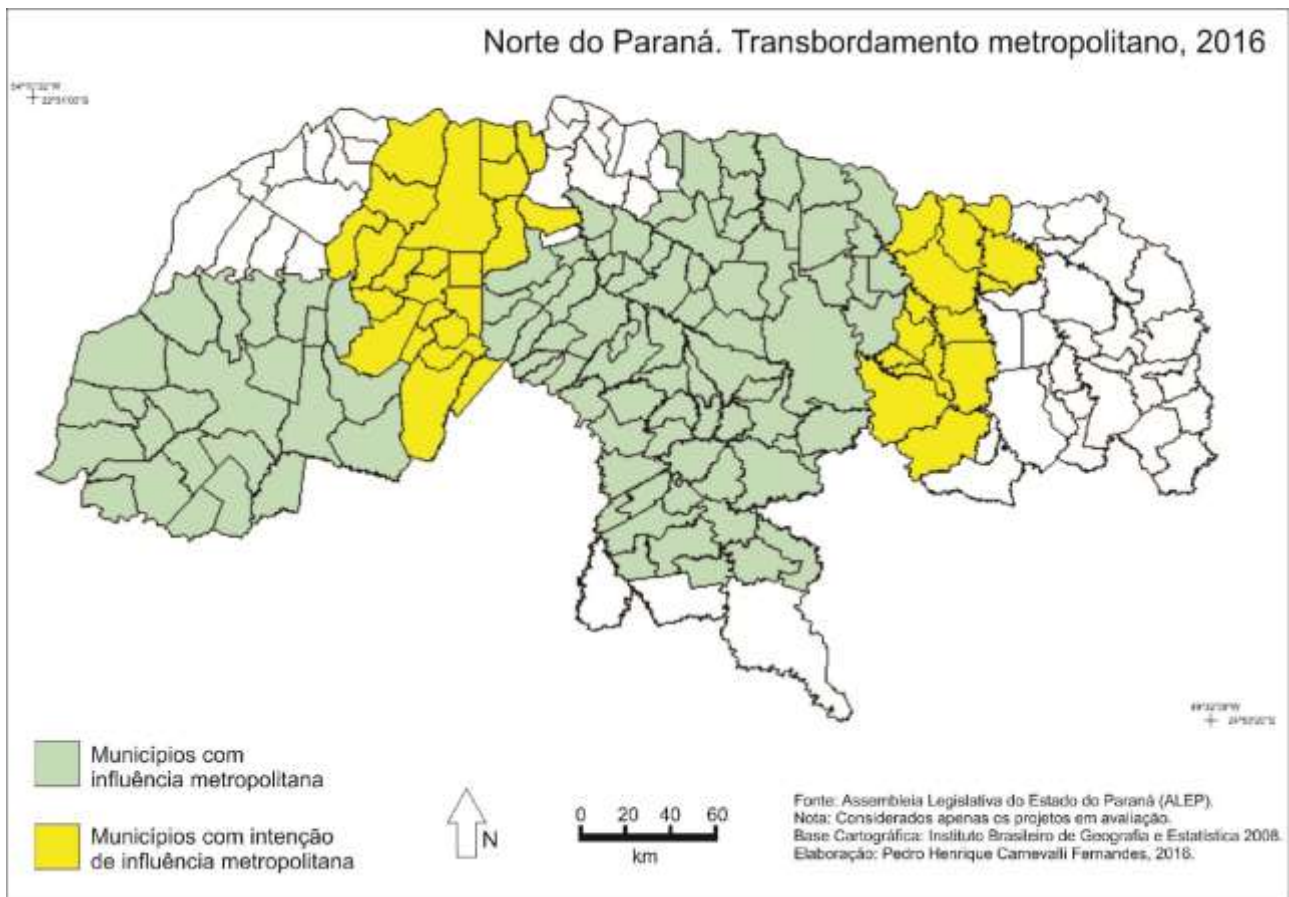
Em 1988, a Constituição Federal facultou aos estados federados a competência dessa institucionalização, o que desencadeou na aprovação de diversas regiões metropolitanas (MOURA et al., 2003). Como consequência, “as diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas e, até certo ponto, incomparáveis. (...) sua delimitação não expressa contornos conexos (...), e sequer confere aderência conceitual” (MOURA et al., 2003, p. 38). Todavia, a análise é mais profunda e deve inserir as pequenas cidades: “Faltam políticas territoriais explícitas, especialmente para as áreas polarizadas por pequenas localidades” (ENDLICH, 2015, p. 349).

No sentido dessas inquietações, o Estatuto das Metrôpoles (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015), teve a preocupação em organizar racionalmente os serviços, bem como o planejamento e a gestão na escala regional, ou seja, houve o claro objetivo de inibir a criação de regiões metropolitanas sem metrôpoles (ENDLICH, 2015). Além disso, embora tenha se avançado em uma tentativa de disciplinar a instituição das regiões metropolitanas e demonstrado outras possibilidades de gestão compartilhada, o Estatuto deixou lacunas quanto ao apoio político e financeiro, especialmente das áreas não metropolitanas que são órfãs de políticas territoriais (ENDLICH, 2015).

Em 2015, o Brasil atingiu 67 regiões metropolitanas institucionalizadas em 22 Unidades da Federação (81% do total), somando 1.063 municípios, ou quase 20% dos municípios brasileiros, em áreas metropolitanas (ENDLICH, 2015). Efetivamente, a criação de maior parcela delas (87%) aconteceu após a Constituição Federal de 1988 facultar às Unidades da Federação a institucionalização e 63% nasceram nos últimos dez anos.

O Estado do Paraná acompanha a tendência brasileira: “antes da década de 1980 era apenas uma região metropolitana, a de Curitiba. Duas foram criadas no final dos anos 1990 [Londrina e Maringá] e as demais são muito recente” (ENDLICH, 2015, p. 348). A Região Metropolitana de Umuarama é de 2012 (PARANÁ, 2017) e, em 2015, a questão metropolitana no Estado do Paraná foi reacendida com a institucionalização, de uma só vez, de quatro regiões metropolitanas: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel e Toledo. Assim, em 2016, o Paraná possuía 193 municípios em regiões metropolitanas institucionalizadas, ou seja, 48% dos municípios paranaenses. Com a provável aprovação dos oito projetos em trâmite, 141 municípios seriam incorporados à lógica metropolitana, alcançando, então, 334 municípios ou 84% do total. Nesse cenário, apenas 65 municípios paranaenses não seriam metropolitanos, ou seja, “não é possível não haver estranheza a esse processo” (ENDLICH, 2015, p. 348).

A Figura 2 espacializa esse fator explicativo voltado para o transbordamento metropolitano sobre a região Norte do Estado do Paraná, demonstrando os municípios que pertencem à lógica de influência metropolitana.



**Figura 2.** Norte do Paraná. Transbordamento metropolitano, 2016. **Fonte:** Fernandes (2017)

No Norte do Paraná, dos 186 municípios que compõem a região, 98 municípios (52,6%) pertencem a regiões metropolitanas institucionalizadas até 2016. Considerando os 38 municípios que fazem parte de projetos de lei que visam institucionalizar novas regiões metropolitanas, a quantidade atingiria 136 municípios do Norte do Estado (73,1% do total), deixando apenas 50 municípios fora da lógica metropolitana. Esse cenário metropolitano, ao menos na formalidade, representa, além da tentativa de inserção por parte dos governos municipais nas políticas territoriais brasileiras, um interesse em compor essa lógica metropolitana que caminha por hábitos e modo de vida da modernidade, englobando o fenômeno de globalização e de diminuição e valorização das redes em detrimento das relações sociais.

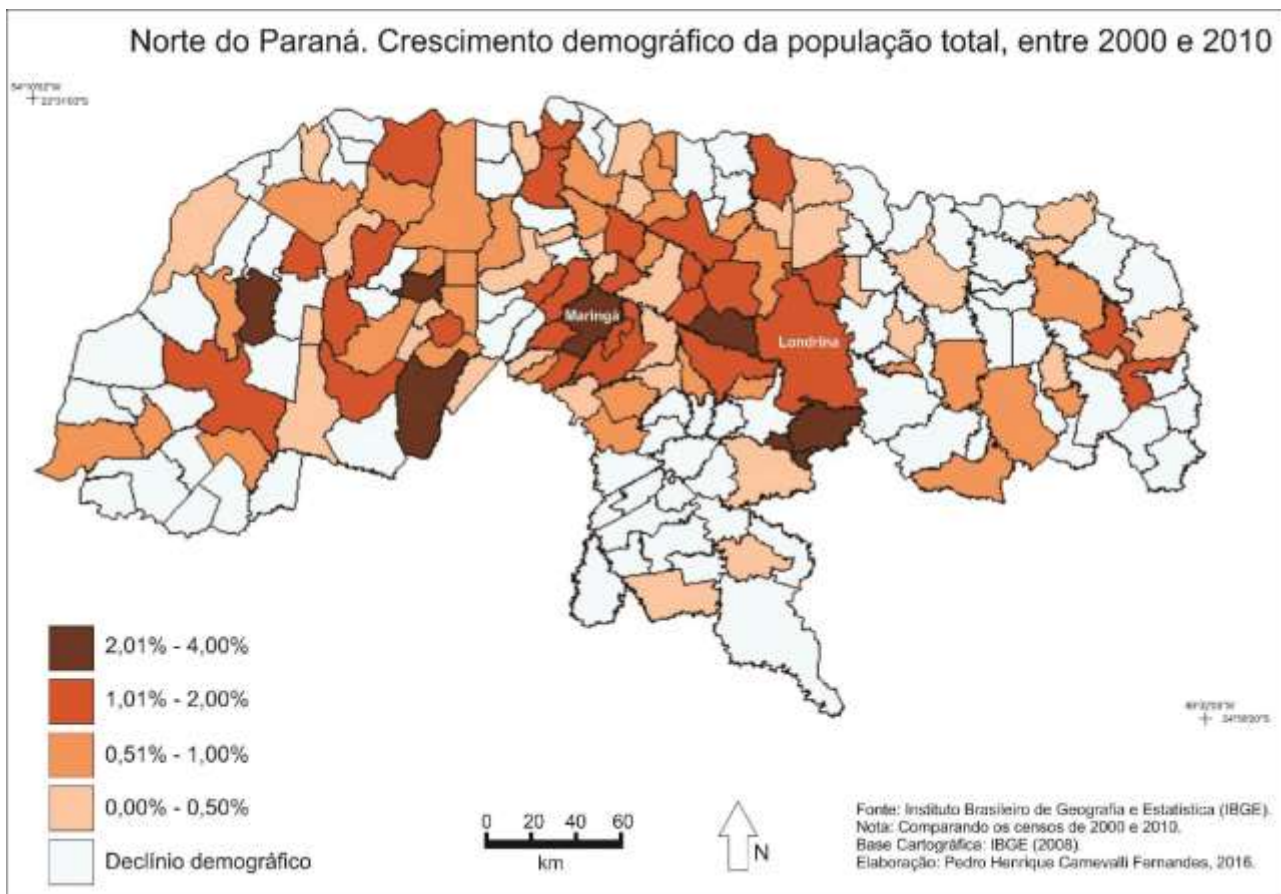
A metropolização, em escala pequena, “se confunde com o desenvolvimento das ‘cidades-mães’. Historicamente, desde os tempos pré-modernos, são os interlocutores privilegiados de outras cidades que elas controlam” (DI MÉO, 2008, s. p.), fazendo com que integrem inúmeras cidades aos seus movimentos e suas redes de trocas, ao seu modo de vida e às prestações de serviços (DI MÉO, 2008). Portanto, a metropolização representa a influência metropolitana sobre as cidades pequenas e médias e se circunscreve na era da mundialização e da globalização.

Atualmente, as metrópoles têm perdido seus papéis industriais e assumido a condição de centros de gestão do território e de tomada de decisões, inclusive sobre os demais espaços urbanos e sobre o campo. A gestão do território representa uma dimensão espacial do processo de gestão, ou seja, “trata-se do conjunto de ações que tem como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle da organização do espaço” (CORRÊA, 1996, p. 23), funcionando como um poderoso meio de viabilizar a existência e a reprodução do conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, de possibilitar a existência e a reprodução das diferenças espaciais (CORRÊA, 1996).

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) mostrou uma desaceleração do crescimento populacional das metrópoles e de algumas áreas metropolitanas e um crescimento populacional em diversas cidades médias e pequenas. Com isso, muitas pessoas têm voltado para a pequena cidade, alterando, inclusive, o espaço dessas localidades. É justamente nesse retorno que a metrópole passa a espaiar ainda mais a sua influência nos demais espaços pelo modo de vida e pelos hábitos que esses moradores levam para as pequenas cidades. No Norte do Paraná, essa dinâmica nacional se reproduz, também, com mais intensidade no caso do crescimento da população urbana.

Analisando a população absoluta dos 186 municípios que compõem a região Norte do Estado do Paraná, observou-se que 100 deles (53,8%) ganharam população total entre 2000 e 2010 e 157 (84,4%) tiveram aumento de população urbana no mesmo período. As médias de crescimento na região, considerando a totalidade de municípios, ficaram em 0,81% para a população absoluta e 1,48% para a população urbana. No primeiro caso, 45 municípios (24%) apresentaram crescimento maior que a média regional. Já no segundo, que envolve a população urbana, 61 municípios (33%) tiveram crescimento maior que a média regional.

Nesse sentido, a Figura 3 espacializa a taxa de crescimento demográfico da população total, entre 2000 e 2010, nos municípios que compõem o Norte do Paraná. No caso da população total, 66% dos municípios cresceram menos de 1,00% no período selecionado e apenas 18% cresceram mais de 1,51%. Isso é reflexo do declínio da população rural que influenciou negativamente na taxa de crescimento absoluto. No caso da população urbana, 43% cresceram até 1,00% e 38%, mais de 1,51%; 24% dos municípios da região tiveram crescimento urbano superior a 2,01%. Esses dados mostram que as cidades pequenas da região Norte do Paraná, em sua maioria, já conseguiram reverter o declínio demográfico e algumas até superaram cidades maiores, como Londrina e Maringá. Comparando as pequenas cidades com Londrina, a maior demograficamente da região, os dados mostram que 19 cidades cresceram, em população absoluta, mais que Londrina no período de 2000 e 2010, sendo 14 delas consideradas pequenas cidades. Já considerando apenas o crescimento demográfico da população urbana, 66 cidades apresentaram crescimento superior ao de Londrina e 13 pequenas cidades tiveram, no mínimo, o dobro do crescimento dela.



**Figura 3.** Norte do Paraná. Crescimento demográfico da população, 2000-2010 **Fonte:** Fernandes (2017)

Quanto ao crescimento absoluto, o município de Mauá da Serra foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, sendo o único a superar os 3,00%. Na segunda posição, aparece o município de Tamarana, que é estudado por Fernandes (2017) a partir da perspectiva do transbordamento metropolitano, ou seja, o aumento demográfico tem origem nos deslocamentos de retorno e na chegada de novos habitantes e pode estar influenciado no contexto da violência e da insegurança objetiva na localidade.

Além de Tamarana, Paraíso do Norte e Douradina cresceram mais de 2,00% no período de 2000 a 2010. Com relação ao crescimento da população urbana, os municípios de Maria Helena e de Douradina apresentaram crescimento demográfico acima de 4,00%. Na terceira posição, aparece o município de Curiúva, responsável por concentrar os serviços públicos de segurança de Figueira, também estudado na escala local por Fernandes (2017) a partir da perspectiva da ausência e/ou insuficiência de serviços públicos de segurança.

#### 4. A difusão do transbordamento metropolitano e a divulgação da violência e da insegurança objetiva a partir da mídia e da internet

A difusão de toda essa perspectiva construída sobre o transbordamento da lógica metropolitana, pautada em hábito e modo de vida globalizado, e a divulgação, diariamente, de ocorrências de violência e de situações objetivas de insegurança ocorrem, predominantemente, por ação da mídia e pela internet. Por isso, aborda-se o papel que a mídia e a internet desempenham dentro do recorte desta pesquisa. Atualmente, ambas estão intrinsecamente ligadas ao cotidiano da sociedade brasileira. Elas são potenciais propagadoras dos acontecimentos e dos fatos das áreas metropolitanas em detrimento das demais, particularmente pela rotineira divulgação da violência nas grandes cidades e pela produção de conteúdos que retratam características do modo de vida metropolitano e dos hábitos e situações vinculados às metrópoles. Sendo assim, apresenta-se, no Brasil, a espacialidade dos principais ícones da modernidade, fruto do avanço capitalista: a televisão e a internet. Além deles, é fundamental tratar do rádio e dos telefones celulares, que também pertencem ao escopo da mídia.

Os dados mais recentes foram divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014 (IBGE, 2016). A televisão estava presente em 97% dos domicílios brasileiros em 2014, sendo que 40% deles possuíam sinal digital aberto. A proporção de domicílios com rádio continua reduzindo desde 2009; em 2014, estava presente em 72% dos domicílios, valor menor que os 76% de 2013. Na contramão do rádio, o microcomputador apresentou o maior crescimento, considerando o período de 2004 a 2014, entre os equipamentos: passou de 16% para 48% dos domicílios brasileiros. O acesso à internet, independente do equipamento, fazia parte de 55% dos domicílios, sendo que esse acesso acontecia em 77% dos domicílios por meio de microcomputadores e em 22% por meio do *tablet*. Entre os domicílios com acesso à internet, 80% faziam isso por meio do telefone móvel. O serviço de telefonia alcançou, em 2014, 94% dos domicílios, sendo que o crescimento desse serviço se deveu à expansão da linha celular móvel: 60% dos domicílios com telefone tinham somente a linha móvel, 37% possuíam ambas as linhas (fixo e celular) e 3% apresentaram somente o telefone fixo.

A televisão e a internet se configuram em difusores da informação, especialmente na modernidade em redes que se vive atualmente. O ponto crucial, então, está em entender o que tem se difundido (o conteúdo) por meio desses mecanismos. Uma das perspectivas é o olhar de como elas têm tratado a violência e a insegurança. Nesse sentido, a mídia é “amplamente reconhecida como um elemento estratégico na produção simbólica das violências” (RIFIOTIS, 1999, p. 30), sendo um grande propagador de ocorrências de violência e criminalidade (BENEVIDES, 1983). Assim, avança-se sobre a mídia a partir da difusão de casos de violência e da geração de uma insegurança objetiva.



Os principais meios de comunicação no Brasil estão, predominantemente, em áreas metropolitanas e cidades médias, direcionando, por conseguinte, a programação para assuntos de interesse desses espaços. Nesse cenário, as pequenas cidades consomem fatos e contextos de outros espaços. Por isso, é fundamental pontuar, resumidamente, a acronia e a atopia dos meios de comunicação: a primeira representa a ausência de uma referência temporal, ou seja, os fatos duram o tempo de interesse do transmissor; já a segunda refere-se à ausência de uma referência espacial, ou seja, as distâncias são ignoradas e as ocorrências aparecem e pertencem igualmente a todos os espaços (CHAUI, 2006).

Os casos concretos de violência e a insegurança a partir de ocorrências objetivas somados aos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação, que difundem um modo de vida metropolitano, compõem o transbordamento metropolitano sobre as cidades pequenas. A mídia e a internet têm cooperado na transformação do modo de viver em algumas pequenas cidades, que se assemelha, cada vez mais, aos encontrados nas grandes cidades. Nesse sentido, em cidades do interior, os entrevistados revelam temores e preocupações com a violência e ideais de moradia muito semelhantes aos de moradores de grandes metrópoles (MAGALHÃES, 2009).

Um ponto indispensável é quanto às manifestações decorrentes desse transbordamento metropolitano. Já a internet “tem uma geografia própria, uma geografia feita em redes e nós que processam fluxos de informação gerados e controlados a partir de determinados locais” (CASTELLS, 2004, p. 245). Nesse sentido, é fundamental avançar nas discussões que associam a internet às configurações territoriais para responder inquietações sobre o transbordamento da vida metropolitana a partir da internet.

O espaço dos fluxos resultante é uma nova forma de espaço, característico da era da Informação, mas que não é deslocalizado: estabelece ligações entre locais mediante redes informáticas telecomunicadas e sistemas de transporte informatizados. Redefine a distância mas não suprime a geografia. Dos processos simultâneos de concentração espacial, descentralização e ligação, continuamente reelaborados pela geometria variável dos fluxos globais de informação, surgem novas configurações territoriais. (CASTELLS, 2004, p. 245).

Essa associação começa pela perspectiva de as áreas metropolitanas dependerem “de um eixo constituído por uma rede de cidades ligadas em rede. Em suma, tecnicamente falando, a espinha dorsal da Internet é global em relação ao seu alcance, mas desigual na sua estrutura no que diz respeito à sua capacidade” (CASTELLS, 2004, p. 245). Em outras palavras, a internet é o meio que permite que a concentração metropolitana e a ligação global em rede ocorram simultaneamente. Por isso, a economia em redes, cuja ferramenta é a internet, é formada por áreas metropolitanas ligadas entre si, existindo correlação entre cidades e uso da internet, mesmo essa difusão ocorrendo de forma desigual no tempo e no espaço (CASTELLS, 2004).

Então, para o autor, nesse mundo de internet, as regiões metropolitanas caracterizam-se, simultaneamente, pela dispersão e concentração espaciais, pela mistura dos modelos de uso do solo, pela hiper mobilidade e dependência das comunicações e do transporte, tanto intra-metropolitanos como intermodais, surgindo o que ele chama de espaço híbrido, formado por espaços e fluxos: um espaço de locais em rede. A analogia é válida para a difusão da informação, ou seja, se dissipa desigualmente no tempo e no espaço.

Mundialmente, há uma altíssima concentração dos domínios de internet nos Estados Unidos da América (CASTELLS, 2004). Internamente, nos países, “o fornecimento de conteúdos Internet é cada vez mais, e fundamentalmente, um fenómeno metropolitano. (...) a norma geral é a concentração metropolitana dos domínios Internet” (CASTELLS, 2004, p. 258). Assim, três fatores explicam a concentração metropolitana de conteúdos de internet: (i) a ligação da economia da informação com a estrutura metropolitana, ou seja, o padrão espacial da internet segue a concentração metropolitana da economia da informação e não a distribuição da população; (ii) a ligação metropolitana com os meios de inovação tecnológica e a rede de fornecedores, fundamentalmente vinculados à estrutura espacial do setor de capital de risco que representa um componente fundamental da indústria de internet; (iii) as indústrias culturais, ou seja, as mídias nas suas mais diversas manifestações, como o entretenimento, a arte, a moda, entre outros (CASTELLS, 2004).

Apesar dessa concentração, a internet não é apenas um fenómeno metropolitano: ela está presente nos demais espaços, como os das pequenas cidades, embora os nós dessa rede estejam nas áreas metropolitanas. Nesse sentido, a forma espacial da região metropolitana, como nó da rede global, expande-se por meio de ligações funcionais entre atividades repartidas pelo território, seja no mercado de trabalho, seja no consumo e meios específicos, como, por exemplo, a mídia (CASTELLS, 2004). Essa expansão se correlaciona com a essência deste artigo.

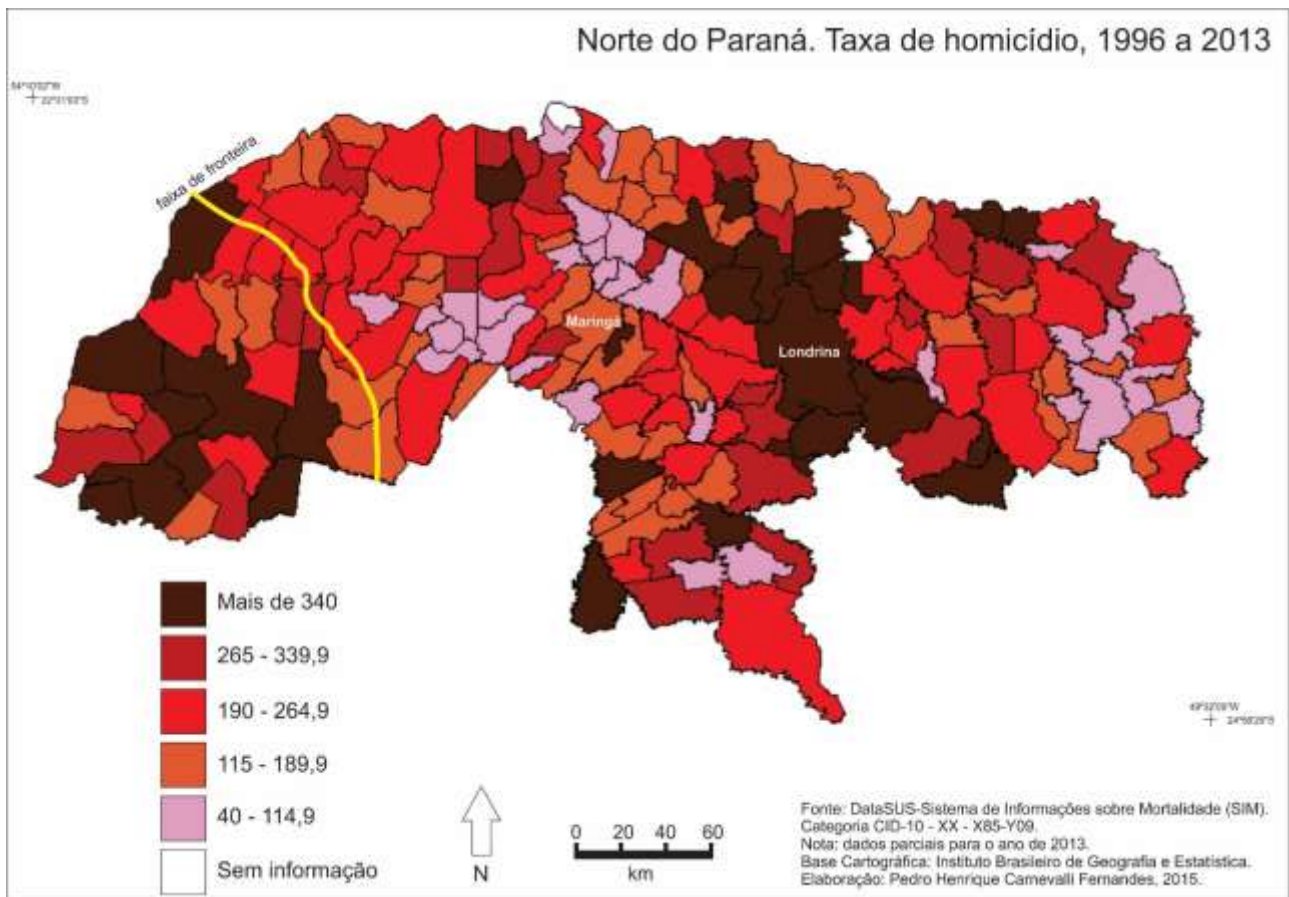
Enquanto as regiões estão normalmente “centradas em torno de uma grande cidade central, os centros urbanos menores ficam gradualmente absorvidos em redes intra-metropolitanas. (...) Esta estrutura metropolitana regional (...) estão a ser organizados pela Internet e em torno da mesma” (CASTELLS, 2004, p. 270). A lógica inerente à infraestrutura baseada na internet é que lugares e pessoas “podem ser ligados e desligados. A geografia das redes é uma geografia de inclusão e exclusão, que depende do valor que os interesses socialmente dominantes outorguem a um lugar determinado” (CASTELLS, 2004, p. 278), portanto, há uma fragmentação urbana, intra e interurbana, e um desafio contemporâneo:

Ao longo da história têm sido formas sócio-espaciais capazes de articular a comunicação síncrona e assíncrona, o processo essencial para transformar a informação em tomada de decisões. A Internet substitui essa função. Assim, as actividades baseadas no local, sobre as quais fundamentaram as cidades, devem competir somando valores às experiências cara a cara, que só podem ter lugar nas

idades. Convém acrescentar a isto o importante papel desempenhado pelo espaço público e pela monumentalidade (museus, centros culturais, arte em espaços públicos e ícones arquitetônicos) quando há que marcar espaço e facilitar uma interação dotada de sentido. (CASTELLS, 2004, p. 277).

Essas preocupações também permeiam este trabalho, especialmente pelo fato de a lógica apresentada pelo autor estar, cada vez mais, compondo as paisagens das pequenas cidades. Isso é reflexo da urbanização brasileira moderna alicerçada no modo de produção capitalista e no fenômeno de globalização. Sendo assim, as redes fragmentadas acentuam as crescentes tendências de segregação socioespacial das cidades e entre elas. Nesse contexto, a rede de internet favorece o contato, mesmo cortando os laços físicos com o espaço. Por outro lado, o atraso na infraestrutura dos espaços desvalorizados, inclusive as pequenas cidades, visualizam uma acentuação da marginalização e o aprofundamento da dependência desses locais, como no caso de inúmeras pequenas cidades, de outros espaços, predominantemente metropolitanos.

No Norte do Estado do Paraná, os levantamentos dos indicadores sociais contemplaram os casos de homicídios a partir do Datasus, do Ministério da Saúde, do Governo Federal, no período de 1996 a 2013 (até o mês de junho), referenciado como Datasus (2015). Diante dos dados quantitativos de homicídios para cada município no período referenciado, projetou-se, qualitativamente, ele em relação à população total do município, considerando o último censo (IBGE, 2010). O resultado foi a chamada “taxa de homicídio, em grupo de cem mil pessoas, entre 1996 e 2013”. Os levantamentos de homicídios nos 186 municípios no Norte do Paraná mostraram que considerável parcela deles vive em estado de emergência, com epidemias de violência. A Figura 4 apresenta as taxas de homicídios por cem mil habitantes, entre 1996 e 2013, nos municípios que compõem o Norte do Paraná.



**Figura 4.** Norte do Paraná. Taxa de homicídio, 1996-2013. **Fonte:** Fernandes (2017)

De modo geral, os dados demonstram três situações a partir das áreas com maiores taxas de homicídios associadas aos fatores explicativos da pesquisa: (i) uma faixa bem densa a Noroeste, composta por nove municípios, todos dentro da faixa de fronteira; (ii) duas áreas, ao Sul e a Leste, em geral com menor intensidade, mas com municípios com taxas altíssimas, “isoladas” da dinâmica de influência de Londrina e Maringá; e (iii) um grupo de municípios próximos a Londrina, a maioria deles pertencente à Região Metropolitana de Londrina, que dialoga diretamente com este artigo.

Em aderência ao fator explicativo para a existência da violência e da insegurança em pequenas cidades apresentado neste artigo, os municípios de Tamarana (6º lugar no *ranking* regional), Jataizinho (7º lugar no *ranking* regional), Sarandi (8º lugar no *ranking* regional), Ibiporã (22º lugar no *ranking* regional) e Rolândia (28º lugar no *ranking* regional) aparecem entre os trinta mais violentos do Norte do Paraná. Os municípios de Nova Tebas (maior taxa da região, com taxa de 649 homicídios por cem mil habitantes) e de Florestópolis (2ª maior taxa da região, com taxa de 624 homicídios por cem mil habitantes) foram estudados por Fernandes (2012). Os municípios de Iporã (5ª maior taxa da região), de Tamarana (6ª maior taxa da região) e de Figueira (11ª maior taxa da região) foram estudados por Fernandes (2017). Portanto, os estudos em perspectiva local complementam as análises regional, nacional e internacional.

## 5. Considerações finais

As explicações demonstraram como o modo de vida metropolitano, caracterizado por hábitos de consumo e individualismo geradores de instabilidade e superficialidade na sociabilidade, transborda para as pequenas cidades, ampliando a violência e a insegurança objetiva nesses espaços. Assim, marcadas pelo modo de produção capitalista e pela globalização, que remodelam a qualidade da sociabilidade, as reflexões perpassam pela condição da própria sociedade, que é violenta por natureza e tem tentado domesticar sua agressividade desde o processo civilizatório, como assinalado na construção teórica.

Esse contexto de esvaziamento das relações era característico, principalmente, das metrópoles e de suas áreas metropolitanas, mas atinge espaços que apresentavam relações primárias de sociabilidade. Essa sobreposição nas relações se explica pelas mudanças no urbano-rural, particularmente pela sociabilidade produzida pela sociedade urbana capitalista, o que fomenta a necessidade de ampliar o debate sobre a possibilidade de se pensar em uma outra sociabilidade que extrapola e supera as relações capitalistas.

Além disso, ocorre também pela metropolização e pela institucionalização das regiões metropolitanas, demonstrando a espacialização das metrópoles sobre o território e, por conseguinte, o escoamento desse modo de vida metropolitano para as cidades pequenas, especialmente pelos hábitos de consumo. Corroborou essa perspectiva, a perda parcial dos papéis metropolitanos e a migração de pessoas para as cidades médias e pequenas. Nesse caso, o “novos” cidadãos (que engloba os antigos moradores que retornaram ou pessoas que se mudam para cidades menores) trazem, em sua maioria, esse modo de vida metropolitano.

Finalmente, a difusão de toda essa perspectiva construída e a divulgação da violência e da insegurança objetiva ocorrem por ação da mídia e pela internet, propagando, principalmente, acontecimentos metropolitanos, como violências, hábitos, costumes etc., para as demais localidades, colaborando com a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades. Portanto, a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades por esse fator explicativo propõem um olhar para as características da própria sociedade contemporânea e dos valores que ela espraia.

A explicação da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades por esse arcabouço explicativo propõe um olhar além das ocorrências – visivelmente apresentado e comprovado – mas, como marca da própria sociedade contemporânea decorrente do avanço do capitalismo e dos valores que eles espraiam, representando uma percepção não tão visível, mas profundamente essencial, já que as ocorrências são apenas a expressão mais contundente disso tudo, sendo esse fator o de fundo.

## Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e política**. São Paulo: Cedec Brasiliense, 1983.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. **Engrup**, v.4, n.1, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Metrópole polifônica – poliorâmica. SPOSITO, Maria Encarnação (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, GASPER, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, v. 1, n. 1, 1996.

CRUZ, Jório. **Os municípios se sublimam na metrópole**: ensaio sobre reforma metropolitana. Recife: Cubzac, 2008.

DATASUS, Ministério da Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade**. 1996-2013. 2015. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> acesso em: 17 mar. de 2015.

DI MÉO, Guy. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins**, v. 4, n. 1, 2008.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Campanha quer reduzir elevado número de homicídios por motivos banais no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-08/campanha-quer-reduzir-elevado-numero-de-homicidios-por-motivos-banais-no-brasil> acesso em: 8 nov. 2012.

ENDLICH, Angela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENDLICH, Angela Maria. Regiões metropolitanas do Paraná no divã: lacunas, entrelinhas e outras possibilidades de entes de gestão intermunicipal compartilhada. **Bahia Análise & Dados**, v. 25, n. 2, 2010.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades**: o Norte do Paraná. 261 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes. **Um espectro ronda as pequenas cidades**: o aumento da violência e da insegurança objetiva. 525 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php) acesso em: 3 mar. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centrauro, 2001.

LUGAN, Jean-Claude. Sociabilité et intégration dans les petites villes: hypothèses sur une évolution. LABORIE, Jean-Paul; RENARD, Jean. **Bourgs et petites villes**. Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 1997.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagem da mensagem televisiva. **Sociologias**, v. 21, n. 1, 2009.

MEYER, Regina Proserpi. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 111, n. 1, 2006.

MOURA, Rosa et al. Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 105, n. 1, 2003.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do Estado. **Pesquisa Legislativa**: regiões metropolitanas. 2017. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao> acesso em 3 mar. 2020.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999.